

LEI Nº 1348/2025, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE REMISSÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE GRANJA/CE, RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA (IPTU), E AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN), COM FATOS GERADORES OCORRIDOS EM 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRANJA, ESTADO DO CEARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica instituída e autorizada a remissão dos créditos de natureza tributária relativos ao Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), lançados ou não, inscritos ou não na Dívida Ativa, e com fatos geradores ocorridos em 2020.

Art. 2º A remissão apenas será concedida, por força desta Lei, aos créditos tributários tratados no artigo antecedente e em valores não superiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 3º A aplicação desta Lei apenas se dará aos créditos tributários relacionados aos específicos impostos mencionados e, desde que, não tenham sido integralmente pagos, que não estejam em parcelamento já iniciado ou em processo de execução.

Art. 4º O benefício desta Lei não confere qualquer tipo de direito ou pedido de restituição, devolução ou mesmo compensação de importâncias já pagas anteriormente.

Art. 5º A remissão prevista nesta Lei não gera direito adquirido caso reste comprovado que o sujeito passivo da obrigação tributária tenha concorrido ou desaguado, por qualquer meio, em vício, fraude ou simulação que importe em inclusão indevida de seu débito nos parâmetros deste perdão legal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças ao verificar qualquer dos casos tratados no *caput* deste artigo poderá cobrar o crédito tributário completo, com todas as correções permitidas por força de lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Granja/CE, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2025.


FRANCISCO ANÍBAL OLIVEIRA DE ARRUDA COELHO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

DISPÕE SOBRE REMISSÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE GRANJA/CE,
RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL
URBANA (IPTU) E AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE
QUALQUER NATUREZA (ISSQN), COM FATOS GERADORES
OCORRIDOS EM 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRANJA, ESTADO DO CEARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica instituída e autorizada a remissão dos créditos de natureza tributária relativos ao imposto
Sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e ao imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
(ISSQN), lançados ou não, inscritos ou não na Dívida Ativa, e com fatos geradores ocorridos em 2020.

Art. 2º A remissão apenas será concedida, por força desta Lei, aos créditos tributários tratados no
artigo antecedente e em valores não superiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 3º A aplicação desta Lei apenas se dará aos créditos tributários relacionados aos específicos
impostos mencionados e, desde que, não tenham sido integralmente pagos, que não estejam em
processamento ou em processo de execução.

Art. 4º O beneficiário desta Lei não confere qualquer tipo de direito ou pedido de restituição, devolução
ou mesmo compensação de importâncias já pagas anteriormente.

Art. 5º A remissão prevista nesta Lei não gera direito adquirido caso este comprovado que o sujeito
passivo da obrigação tributária tenha concorrido ou desaguado, por qualquer meio, em vício, fraude
ou simulação que importe em inclusão indevida de seu débito nos parâmetros deste perdão legal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças ao verificar qualquer dos casos tratados no caput
deste artigo poderá cobrar o crédito tributário completo, com todas as correções permitidas por força
de lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições

em contrário.

Feço da Prefeitura Municipal de Granja, em 07 de fevereiro de 2025.

FRANCISCO ANÍSAL ALMEIDA DE ARRUDA COELHO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura
Granja
Cuidando da nossa gente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

LEI Nº 1348/2025, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025.

Certifico que este ato foi publicado e afixado em 07/02/2025 no flanelógrafo instalado na sede da Prefeitura Municipal de Granja-CE, em conformidade com o Art. 92 da Lei Orgânica Municipal.


KELTON JOSÉ BEVILÁQUA LINHARES
PROCURADOR GERAL

